



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCO TEBALDI**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2015.
(Do Sr. Marco Antônio Tebaldi)**

Requer informações ao Senhor Ministro da Educação, sobre os atrasos nos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE para o município de Joinville/SC.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro da Educação, sobre os atrasos nos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE para o município de Joinville/SC:

1. Quais os repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE para o município de Joinville/SC, de 2013 até a presente data? Por gentileza, especificar fonte de recursos, valores, entidades beneficiadas, projetos aprovados e datas dos repasses.
2. O corte no orçamento do Ministério da Educação irá afetar os pagamentos previstos para este ano do PDDE para o município de Joinville/SC? Se sim, quais os valores e projetos cortados.
3. Quais os valores autorizados pelo governo federal no orçamento do Ministério da Educação, para os repasses do PDDE para o município de Joinville/SC do presente ano? Especificar valor, entidade/escola beneficiada, projeto aprovado e data do repasse.

Justificativa

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, vinculado ao Ministério da



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCO TEBALDI

Educação, tem por objetivo ampliar a assistência à escola em algumas linhas de atuação, seja para aquisição de certos materiais, seja na qualificação de operadores do ensino, seja no aprimoramento e melhoria da dinâmica educacional direta entre aluno e professor.

Recebemos há alguns dias, denúncias de atraso nos repasses dos pagamentos de benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Esses atrasos deixam as prefeituras, escolas e entidades dos municípios em dificuldades, pois geram um efeito cascata de atrasos e pagamentos aos credores dos municípios.

Diante do exposto e motivado pelas incertezas dos repasses assegurados pelo Governo Federal, é de fundamental importância ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais, as informações ora requeridas.

Sala das Sessões, em, 06 de maio de 2015.

MARCO TEBALDI
Deputado Federal – PSDB/SC